

Ganho por fora põe político dos EUA sob suspeita

Manoel Francisco Brito
Correspondente

WASHINGTON - Ganhar uma eleição para o Congresso nos Estados Unidos pode significar um passaporte para a tranquilidade financeira de qualquer político. O salário, de US\$ 89,5 mil não é considerado astronômico — equivale, considerando-se a cotação do dólar no câmbio paralelo, em torno de Cz\$ 1,05 mil, aos Cz\$ 7,5 milhões que os congressistas brasileiros passaram a ganhar desde quinta-feira passada — e é taxado em 27% pelo imposto de renda.

Embora sejam obrigados a disputar a reeleição de dois em dois anos — no Brasil, as eleições são de quatro em quatro — os deputados e senadores norte-americanos estão autorizados a cobrar até US\$ 2 mil por aparições e discursos feitos fora da Câmara e do Senado, uma prática que lhes rendeu, só no ano passado, US\$ 8,1 milhões, e ainda manipulam pessoalmente milhões de dólares em contribuições de campanha feitas por grupos de lobbistas. Contribuições que, aliás, todos aqueles que foram eleitos antes de 1980 podem levar para casa, quando decidirem se aposentar.

Desvios — É obviamente ilegal a

utilização desses fundos em proveito próprio, mas a fiscalização é relaxada e são vários os casos em que um deputado ou senador retirou dinheiro do fundo de campanha para investir na compra de um carro ou uma casa e repor a quantia mais tarde. Esses são apenas alguns dos casos mais flagrantes de desvio de conduta por parte dos políticos norte-americanos e, na medida em que eles crescem, cresce também a revolta dos eleitores com a falta de ética demonstrada por seus representantes no Congresso.

Na semana passada, os eleitores revoltados ganharam importante aliado: o presidente eleito George Bush, que prometeu submeter a aprovação pelo Congresso de um novo, e mais rígido, código de ética para os membros do governo dos Estados Unidos. O último, aprovado em 1978, tem mais buracos do que um queijo suíço. Só como exemplo, no ano passado, o ex-deputado Bill Booner, do Tennessee, argumentou, diante do Comitê de Ética da Câmara, que o carro que ele havia recebido de presente da Indústria de Veículos Recreativos, em 1983, não poderia ser considerado um presente porque ele o utilizou numa viagem de estudos. Os membros da comissão ficaram estupefatos com o cinismo de Booner, mas nada puderam fazer porque sua alegação era absolutamente legal.

Ginástica — Para muitos, o esforço do Executivo em controlar as ações de deputados e senadores acusados de violar a ética acaba por mascarar as ginásticas financeiras, que têm muito mais adeptos

no Congresso do que se imagina. Além da cobrar para aparecer ou discursar em instituições e jantares beneficentes, os congressistas, com poucas exceções, não recusam ofertas de companhias privadas para o pagamento de despesas com viagens, suas e de sua família. São também raros os que não se entregam à tarefa de fazer crescer seus fundos de campanha, mesmo quando não têm nenhum tipo de oposição em eleições. É também comum que congressistas invistam seus dinheiros em empresas cujo sucesso depende muito do que é discutido ou decidido nas comissões que ocupam seu tempo no Congresso.

É bem provável que a partir do ano que vem tais práticas tenham que ser abandonadas, até porque o cerco aos abusos está ficando cada vez mais apertado. Além das promessas de Bush de impor um novo código de ética, os eleitores estão cada vez menos propensos a eleger alguém acusado de algum tipo de má conduta. Na eleição de novembro passado, nenhum dos seis deputados que estavam sob investigação criminal conseguiu se reeleger.

O Departamento de Justiça também promete mais rigor no exame da vida financeira e moral dos congressistas e, se a última legislatura servir como exemplo, o futuro para os aproveitadores não é nada brilhante: dos 17 deputados sobre os quais pesa a alegação de má-conduta, quatro perderam suas cadeiras, quatro foram indiciados criminalmente e um, o democrata Mario Biaggi, foi condenado por suborno. Biaggi recorreu da sentença.